

RESENHA

VILLEN, Patrícia. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo: entre harmonia e contradição**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Hyngrid Athe Conceição Silva

Universidade do Estado do Pará, Graduação em Licenciatura Plena em Geografia,
Barcarena, Brasil

hyngridatheconceicaoosilva@yahoo.com

A autora da obra, Patricia Villen Meirelles Alves é graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui Licenciatura em Filosofia pela Universidade de Paris - Saint Denis, Mestrado em Filosofia Prática e Relacionamento Humano pela Università Ca 'Foscari di Venezia, especialização no Master sull'Immigrazione. Fenomeni Migratori e Trasformazioni Sociali da Università Ca'Foscari di Venezia e Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É professora da Universidade Federal de Uberlândia e faz pós-doutorado no Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Possui como áreas de atuação: Programa Mais Médicos, migração internacional, trabalho, racismo, África, estudos coloniais.

A obra *Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo*, da autora Patrícia Villen, foi publicada em 2013. Extraída da dissertação de mestrado. O livro se organiza em cinco capítulos, que estão divididos em duas partes no livro. Villen, baseia suas concepções nos pensamentos de Cabral. Amílcar Cabral é um dos principais nomes da luta contra a opressão na África negra, que diante da posse colonialista, se ergueu com fortes críticas sobre a colonização dos portugueses na África. Uma das armas de Cabral para lutar contra tal exploração e apropriação foi a elaboração do Partido Africano da Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Nesse contexto ocorre a exploração dos recursos desses nativos africanos, racismos sofridos por eles. Dentro desse mesmo período surgem as organizações internacionais que visavam manter a paz mundial. A obra tem como objetivo explicitar o fenômeno do imperialismo ocorridos durante o século XX. Segundo Patrícia o imperialismo é um fenômeno de caráter econômico podendo ser destrinchado em duas vertentes: o Colonialismo e

Neocolonialismo. Nesse momento descrito pela a autora pode-se ter a real percepção que no meio da sociedade colonizada há divisão de classes, seja social assimilado, sejam elas em massas populares. Onde percebe-se acentuada divisão no contexto econômico. Discorre sobre o real objetivo de Cabral que é fazer com que o povo entenda o seu direito em possuir sua história, em ter sua cultura viva.

Ocorre uma breve contextualização dos momentos de colonização, compreendeu-se que na Primeira Guerra Mundial, os países vencidos tiveram sua governabilidade dirigida pela sociedade das nações. A partir desse momento a Europa teve que “modificar” o tratamento dos territórios dominados para dar continuidade de forma estratégica a colonização. Com a ascensão da URSS e EUA houve uma crise nos sistemas coloniais europeus. A nação portuguesa não conduzia suas colônias por sua própria conta, pelo contrário, ocupava uma posição periférica no cenário nacional, alimentado por suas colônias, essas colônias eram submetidas à exploração e saque. No entanto, perante à ONU havia a necessidade de modificar essa propaganda, ter um discurso de tolerância racial. Em 1933 a construção portuguesa – Acto Colonia, destruía qualquer autonomia das colônias por meio de princípios de unidade política, solidariedade econômica e da integração pela assimilação da população. Para tirar o peso de tal encargo passaram a chamar de Províncias Ultramarinas.

Para se compreender a perpetuação do império colonial português no momento do Segundo Pós-Guerra em um contexto de libertação nacional do continente africano e asiático é necessário perceber que a independência das colônias africanas não se deu devido a retirada voluntária do governo português, se deu pela resistência dos territórios africanos, visto que o colonialismo aparentava como algo “benéfico”. O Movimento Pan-Africano (que se fez político com Organização da Unidade Africana – OUA) foi caracterizado pelo movimento de emancipação dos negros que obteve significado no seio nacionalista. Depois pelo movimento da negritude por meio da consciência da unidade cultural.

Foi no Quinto Congresso Pan-Africano, realizado em Manchester (1945) que o movimento ganhou direcionamento político com o fato de enfrentar a descolonização “A África devem unir-se!”. Na independência de Gama (1957), a África se revolta contra os sistemas coloniais e a união dos governos africanos independentes. A importância dessas conferências citadas, leva ao conhecimento a todos os países africanos a luta e o projeto de descolonização.

Em 1950 surge dois partidos que defenderam a ideia nacional: A estratégia de Unidade Pan-Africana assumida pelas colônias e pela Conferência das Organizações Nacionalistas das

Colônias Portuguesas foi caracterizada pela resistência política e pelo pensamento de unidade de libertação das colônias. Esses movimentos tiveram como enfoque abrir ao mundo a criticidade a esse sistema de exploração racista do regime colonial em geral, e, em particular, o regime colonial português.

No primeiro capítulo da obra, a colonização portuguesa obteve sentido de colonização diferenciada. Na América do Norte, por Exemplo, o processo de colonização se dava por meio de povoamento efetivo, ou seja, a aplicação de uma sociedade que tinha costumes europeus, a construção de um novo mundo. Todavia, nos trópicos (região de clima quente) o motivo da colonização era a exploração dos recursos naturais, Caio Prado Jr. afirma dizendo que essa exploração se dava por meio da força do trabalho escravo indígena nativo e escravo negro africano. A divisão internacional do trabalho foi utilizada nesse momento pelos europeus como método de exploração das colônias, gerando assim uma grande acumulação de riquezas, Prado Jr. define isso como o sentido da colonização.

A relação de colonizador e colonizado era medida por preconceito; exploração; discriminação das práticas sociais; imposição religiosa; barreiras sociais. O fato histórico racial da colonização portuguesa sobre as colônias se perpetuou pela prática da discriminação e preconceito. Portugal tinha como referência que a África era inferior e possuía incapacidade de se autogovernar. No armazenamento da Antologia colonial estavam expostos justificativas que dava alicerce ao domínio português sobre as populações africanas. Os nativos possuíam uma educação manual (uma grande minoria possuía acesso à educação) pois o sistema colonial de Portugal não os permitia cultivar suas próprias ideias, pelo contrário, a sua compreensão era limitada ao trabalho e sujeição colonial.

No segundo capítulo, a autora cita Adriano Moreira fazendo um referencial ao mesmo no que diz respeito à questão colonial, o mesmo defendia a legitimidade da colonização portuguesa sobre a África. Segundo Patrícia, Adriano Moreira considera esse processo como “benefício histórico”, ou seja, proporcionava as civilizações colonizadas um enriquecimento. Para Moreira o anticolonialismo significava ignorar os benefícios históricos trazidos pela colonização portuguesa. Estava arraigado nos portugueses esse sentimento do Ultramar, orgulho imperial. Esse processo colonizador escondia-se por detrás de questões jurídicas, tais como, o Acto Colonial (1930), quando faz parte da ONU (1955) isenta das obrigações da carta das nações, isso era referente aos territórios colonizados.

Segundo os relatos de Patrícia sobre Moreira, as separações sobre o colonialismo português possuíam duas teorias: Espaço Vital, que é caracterizado pelo intenso do poder

colonizador (a priori é condenado pela ONU); Colonialismo Missionário, que se utilizava de doutrina católica como mediador das relações das populações colonizadas. Considerando alguns pontos primordiais ainda no segundo capítulo, como por exemplo a cultura, compreendeu-se nesse momento o processo colonizador, que pode ser caracterizado quando Portugal afirmava a ideologia da “convivência racial” e da “compenetração das culturas”. Nesse contexto não aparecia explícito a inferioridade racial (em relação ao momento anterior ao Segundo Pós-Guerra).

O Brasil foi um grande representante de Portugal para difundir a questão da aceitação das culturas. De acordo com Moreira, o homem português era aquele que mais valorizavam os povos com culturas e costumes diferentes aos seus. No entanto, Edward Said, possuía um pensamento defensor da cultura ocidental como “pura”, “homogênea”. O que deixa claro a existência dos termos: senhor–escravo, casa grande e senzala, não excluindo a lógica da exploração e de dominação do senhor-branco sobre o escravo – negro. Um exemplo da inferiorização da cultura africana, foi quando a patente de homem civilizado do africano só era válida quando o mesmo comprovava seu comportamento socialmente civilizado, ou seja, europeizado. Pietro Passo caracteriza tal ato como racismo.

No capítulo terceiro do livro, observou-se que o português e o indígena eram personalidades não comunicantes (indígena termo utilizado pelos portugueses para identificar os negros africanos). Os colonizadores portugueses se utilizavam da categoria cultura para justificar o mito biológico da superioridade e justificar as políticas de colonização. O historiador Hosea Jaffe, cita Patrícia, fez menção sobre a economia escravagista que os portugueses exerciam sobre os indígenas, descreve sobre os trabalhos forçados como uma nova exploração do trabalho do século XX.

No quarto capítulo, Amílcar Cabral foi de suma importância para a dependência de Guiné e Cabo Verde em 1974, mesmo já falecido nesse período Cabral corroborou de forma significativa, umas das formas de contribuir foi elaborando artigos focalizados na terra, sobre agricultura pois considerava a fome como um problema em seu local de origem; organizou partidos que visavam a independência como o PAI (Partido Africano se Independência), PAIGC (Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde); além de procurar ajudas estrangeiras para a libertação nacional.

Segundo Cabral a ideologia portuguesa para exercer o poderio sobre os povos africanos se dava por meio da fraternidade multirracial, onde camuflavam o regime racista e a violência praticada por Portugal. Cabral afirma que a fome era uma “nova arma de opressão”

portuguesa para enfraquecer a luta anticolonial, o povo africano era privado de do direito à autodeterminação, estavam sujeitas a reformas jurídicas que serviam como aprisionamento do que garantia de direitos, essas reformas serviam como manobras sobre a ONU que estavam considerando discutíveis as ações de Portugal sobre a colônia.

Cabral utilizava teorias físicas para explicar o sistema colonial e a resistência anticolonial, relatando a ação como uma força (contra o colonialismo e o imperialismo). A ditadura colonial de Salazar era sustentada por regime criminoso, estado de violência na África, ambiente político imperialista, tendo influência na Inglaterra. Em 1711 com o tratado de Metween, Portugal se tornou uma semicolônia da Inglaterra a serviço do imperialismo mundial. A autora Patrícia, relata que Cabral identifica duas teorias de libertação nacional: fase nacional, resposta ao contexto colonial e fase social que seria a estrutura da sociedade colonizada. Tendo como objetivo a transformação da estrutura e a economia do Estado. A ação revolucionária obteve sua base no PAIGC, uma vez que esse possuía por princípio a consciência nacional e a união entre Guiné e Cabo Verde, objetivando enfrentar o domínio imperialista.

Cabral não baseava suas convicções exclusivamente no pensamento marxista de luta de classes, pois para o agrônomo a luta era anticolonial de libertação nacional com soberania política e econômica, onde deveria assumir uma posição de um todo sem divisões de classes. Mas não considerava possível fazer o planejamento nacional desconsiderando o fato concreto do imperialismo como corolário do capitalismo mundial, em sua face espoliativa. A autora afirma-se nos pensamentos de Cabral sobre as características do colonialismo e o neocolonialismo, ambos possuem como características o processo da dominação e usurpação violenta. Essa constatação é essencial para o desenvolvimento da libertação nacional, onde se tornou efetiva a reconquista da personalidade histórica. Cabral, estava convencido de que a resistência armada seria importante para a luta da libertação nacional.

No entanto, o mesmo deixa claro que é o homem que guia a arma e não a arma que guia a consciência. Portanto, o pensamento de luta armada não significa derramamento de sangue em vão e sim um ato político. O único ato possível para a libertação nacional e a derrubada do colonialismo em solo africano.

O quinto capítulo do texto deixa explícito que para o êxito do processo de dominação imperialista sobre uma sociedade faz-se necessário, a negação histórica da mesma, a cultura, que segundo Cabral é a arma de combate ao imperialismo e concomitantemente a transformação de uma sociedade colonizada. Patrícia, se baseia em Cabral para abordar sobre

cultura, que segundo o autor é o único elemento que não pode ser dominado ou destruído pela ação imperialista, por ser resistente, independente a violência, indestrutível. A ideia de cultura se difere aos portugueses, pois acreditam que a cultura é um elemento passivo, pronto a dominação, ou seja, os “povos sem cultura” são mais fáceis para a dominação.

A dimensão de cultura para Cabral é intensificada com o fim da emancipação nacional, em um sentido amplo a transformação da independência, o autor parte do pressuposto que a sociedade é “portadora e criadora de cultura”. A cultura, portanto, aparece contemporânea a determinação da história e não somente como resultado da materialidade histórica de uma sociedade, por isso que Villen relata que Cabral comparava a mesma com uma flor, ou seja, a única capaz de influenciar a fecundidade da história. O autor faz uma análise a estrutura social que é determinante para a identidade de um grupo social, pois a ação de dominação que um povo sobre de outro iria se refletir na conjuntura social de uma sociedade. Tanto a cultura, quanto a história são validas para a identidade cultural de um povo, fatores sociológicos, observou-se que para Cabral a cultura também remete a assimilação crítica (cultura de libertação).

O que se constatou nesse capítulo foi que a cultura da dominação imperialista é realizada por meio de políticas coloniais que tem por objetivar a alienação cultural dos colonizados, havia nesse momento um plano cultural onde havia uma restrita elite de colonizados que adquiriram a cultura do colonizador. Portanto, tornaram-se um grupo “privilegiado”, a autora descreve como o objetivo de “desaculturação”. Cabral se refere a cultura como um momento de libertação nacional onde o insiste na necessidade de uma unificação da cultura nacional. A cultura aparece como fator indispensável ao movimento de libertação pois por ela que se promove a educação, a mobilização pela luta; o envolvimento do povo na cultura política (objetivando posiciona-los).

Para Cabral havia a necessidade de priorizar o PAIGC, com um processo radical de transformação cultural, sempre com o objetivo de libertar as mentes antes da libertação física; é na cultura que se encontra o cerne da contestação, o fundamento das lutas de libertação. O livro conclui, que a cultura foi determinante para a libertação que se opõem a alienação; a cultura para a autora é um instrumento político fundamental que possibilita a todos participar. Em Lisboa, por exemplo, estudantes africanos assumiram o protagonismo político para a libertação do próprio país, defendiam na casa dos estudantes do império, teorias e estratégias para a luta da independência. Entre esses estudantes estava Amílcar Cabral, existiam nesse contexto vários grupos formados no Ocidente envolvidos na libertação da África.

Nos momentos da libertação da África, a luta; a elaboração e as atividades de confronto aos poderes, deram forças para o movimento de libertação. Após a libertação o país encontra-se enfraquecido e desprezado, foram 14 anos submetidos a guerrilhas. Os portugueses não haviam repassado ao povo africano guineense as bases necessárias para o desenvolvimento econômico, baseado no cultivo de arroz, milho e amendoim. Os cabo-verdianos procuraram fomentar de forma efetiva o desenvolvimento, mas ainda estavam desequilibrados após o pós-libertação, isso acabara por proporcionar a separação de Guiné-Bissau.

O primeiro governo após a libertação do estado de Guiné e das Ilhas de Cabo-Verde foi do irmão de Amílcar Cabral, Luís Cabral e o primeiro-ministro Nino Vieira, o qual prometeu equilibrar a relação de cabo-verdianos com guineenses. Na elaboração de Amílcar Cabral surge a convicção que após a libertação houvesse no país além do administrar, ocorresse a libertação social propondo condições participativas da cultura antiautoritária, de integridade individual e coletiva.

A Obra em questão, escrita pela autora Patrícia Villen, desperta uma análise crítica contextualizada e desmistificada da realidade de um povo explorado até os dias atuais. Sua abordagem transcende uma opinião particular, levantando argumentos que questionam as abordagens históricas cristalizadas no senso comum e justificadas por parte das ciências sociais, em seu caráter colonial, sobre a origem do desenvolvimento e a exploração das nações africanas. É a perspectiva da globalização a partir dos explorados por esse momento da geografia do espaço mundial. A abordagem feita pela autora é de relevância primordial para o ensino-aprendizagem do contexto social, político, econômico e cultural, por isso, uma leitura essencial para todos, e mais particularmente para os geógrafos.